

PRÁTICAS DE LEITURA EM SALAS DE AULA DE CURSOS DE DIREITO EM RONDONÓPOLIS-MT

Jonatas Rodrigues Japiassu dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso
Programa de Pós Graduação em Educação/FAPEMAT
Comunicação
Cultura e Processos Educacionais

A presente comunicação retrata aspectos de uma pesquisa qualitativa voltada a compreender práticas de leitura de acadêmicos, no primeiro semestre do curso de Direito. Os fundamentos teóricos-metodológicos vinculam-se ao referencial da História Cultural. Têm-se como leitor competente aquele que, no contexto social, consegue abstrair de textos escritos, conceitos que atendem suas necessidades primárias. Testes como SAEB, PISA, INAF e o Prova Brasil, demonstram a pouca competência e a limitação de leitura e escrita dos alunos brasileiros, fato ratificado através de constantes reclamações entre professores, sobre a pouca capacidade de leitura de alunos do ensino básico e de acadêmicos nos cursos superiores. A peculiaridade da comunidade leitora formada pelos docentes e graduandos desse curso, suscita destacar a importância do professor como mediador no desenvolvimento de competências em leitura, no processo de construção do conhecimento e na apropriação da linguagem jurídica, pelos alunos. Observações de aulas, análise de planos de curso, aplicação de questionários e entrevistas com professores e alunos de duas instituições, possibilitarão compreender melhor as relações entre a competência leitora de alunos do ensino médio e as práticas de leitura, desenvolvidas na graduação. Dados preliminares revelam dificuldades de compreensão leitora de textos acadêmicos, sendo pouco trabalhadas pelos professores, podendo comprometer a formação do futuro profissional do Direito.

Palavras-chave: práticas de leitura - leitor competente - constituição do leitor.

Introdução

Abordagens em meio a reuniões, por professores do ensino médio e também docentes universitários, quanto ao nível de dificuldade de interpretação dos alunos, revela a preocupação dos mesmos, principalmente no que se refere a dificuldade de leitura e interpretação como um possível fator de desestímulo que poderia resultar na limitação desses alunos.

Dados estatísticos oficiais, após várias décadas de reformas e políticas educacionais, continuam a registrar que um dos maiores problemas identificados no desempenho escolar da população em idade escolar em vários países da América Latina se encontra na área da leitura. Testes como o antigo SAEB¹ e, mais recentemente, os resultados da Prova Brasil, divulgada em junho de 2006, demonstram a pouca competência em leitura e escrita de alunos de 4^a. e de 8^a. séries, assim como o INAF², que apresenta dados assustadores. Dos 57 países que participaram do Programa para a Avaliação Internacional de Alunos (PISA)³, em 2007, somente 6 países latino-americanos submeteram-se a essa análise internacional, tendo o Brasil, nesse ranking, ficado em quinquagésimo segundo lugar.

¹ Sistema de Avaliação da Educação Básica

² Indicador de Alfabetismo Funcional

³ <http://www.pisa.oecd.org>

Partindo, em princípio, dessa dificuldade constatada nos anos iniciais da escolarização e das constantes reclamações que se ouve de professores sobre a capacidade de leitura de alunos do ensino fundamental e médio e ainda de acadêmicos de cursos superiores, a presente pesquisa foi proposta com a finalidade de compreender o desempenho em leitura de alunos ingressantes no curso superior, a partir das práticas de leitura encaminhadas pelos professores buscando compreender as contribuições/condições desse ensino no desenvolvimento de um leitor competente (de acordo com a definição dos PCNs da Língua Portuguesa), com ênfase no curso de direito, que é o Universo proposto para o estudo.

O tema “Leitura” sob a ótica do contexto de ensino/aprendizagem instiga o interesse de analisá-lo, levando-se em conta, a falta desta, como uma possível justificativa no elevado índice de acadêmicos que apresentam dificuldades no uso competente das práticas de leitura na graduação, como por exemplo, o domínio básico da norma culta da língua escrita, a facilidade na compreensão dos textos, bem como explicá-lo, defendê-lo ou contradizê-lo, coerentemente, e o principal, a construção de um repertório baseado na apropriação de informações que sejam capazes de somar na construção do conhecimento desse aluno, tornando-o um agente argumentativo e crítico.

Por ser justamente nesse período de formação, em que há uma maior exigência de leitura, a falta da mesma acarretaria na dificuldade do processo de formação desse graduando. A leitura como uma prática social é passível de construção a partir de representações, no decorrer da vida escolar e extra-escolar, a fragilidade nessa habilidade acaba por influir na formação do leitor acadêmico.

A pesquisa proposta, de cunho qualitativo, é realizada no primeiro semestre do curso de Direito de duas Faculdades na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. Através do levantamento bibliográfico, atrelado a observações *in locu* das aulas, questionários e entrevistas, será possível conhecer/reconhecer o fenômeno da leitura, como uma prática social, e diga-se de passagem de extrema importância, desvelando durante o processo, as concepções de leitura, de leitor competente, da construção do hábito da leitura, as principais dificuldades apresentadas por um leitor iniciante, práticas de ensino docente, dentre outros pontos que possam contribuir para a compreensão do objeto em estudo.

Leitura: uma prática cultural.

Nas duas últimas décadas, especialmente, surgiram vários estudos cuja vertente foi uma abordagem histórico-cultural da leitura. Nesse sentido, autores como Febvre e Martin (1992), J. Hébrad e Ana Marie Chartier (1995), R. Darton (1986, 1987, 1990, 1992 e 1996), R Chartier (1990, 1991, 1992, 1994, 1995, 1996) e C. Ginsburg (1995) figuraram entre aqueles que, cada qual do seu ponto de vista, elegeram a leitura como objeto de estudo.

No cenário brasileiro, a história cultural da leitura também foi objeto de estudos, resultando em produções que objetivavam retratar investigações sobre a história de leitura no Brasil. Destacam-se nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos por Moysés (1995), em torno das práticas de leitura desenvolvidas no Brasil do Séc. XIX, e de Abreu (1996) que, após levantamento sobre a situação da leitura no Brasil colônia acabou por revelar a existência de um considerável público leitor.

Nesses estudos, a leitura, assim como as práticas desenvolvidas em torno desta, vem sendo objeto de vários testes e de inúmeras pesquisas acadêmicas. A motivação maior, quem sabe, encontra-se pautada no valor que esta, enquanto capital simbólico (Bourdieu:1989) representa, sendo atualmente o principal mecanismo no processo de construção do conhecimento, e conseqüentemente, também, constituidor de poder .

Segundo estudos realizados por Faraco (1984), muitos estudantes brasileiros apresentam dificuldade de expressão oral e escrita sendo assim incapazes de dar sentidos aos textos. Este autor menciona ainda que grande parte dos estudantes vivem em um mundo quase sem palavras, esvaziados de idéias, com isso perdem a capacidade de pensar.

A sociedade atual, com suas novas tecnologias, paradoxalmente, revela latentes transformações, ocorridas ao longo da história da educação, que, ao invés de contribuírem para a progressão do aprendizado, vem influenciando diretamente na decadência do ensino. Os consideráveis índices de dificuldades no desempenho escolar apresentados no atual cenário educacional denunciam a ineficácia dos resultados pretendidos por meio da educação.

Observa-se que a construção da herança social, flagelada no decorrer do processo histórico envolvendo a educação, possui um liame direto com a evolução capitalista, o que acabou por sugerir um modelo “prático” de educação, a predominância de uma pedagogia tradicional, onde os alunos são tratados como iguais, desconsiderando as suas particularidades, diferenças e disposições incorporadas (*habitus*), o que implica seriamente, na perpetuação e legitimação das desigualdades sociais Bourdieu (1998).

Aparentemente, o que se tem ainda hoje, é a prática de um modelo bancário⁴ que visa a repetição sob uma visão mecanicista do processo de ensino/aprendizagem, uma educação que anula ou diminui a criatividade dos alunos, acabando por alimentar/estimular a “ingenuidade” dos mesmos. Isso contraria flagrantemente a idéia de uma educação libertadora que envolve e problematiza os homens em suas relações com o mundo (Freire,1987), fugindo desta forma à essência do papel de uma educação de cunho humanizador (Freire,2003) que, muito além de aperfeiçoar qualificadamente o educando, deveria prepará-lo para o exercício da prática cidadã.

O professor universitário e seu papel na constituição do leitor competente a partir das práticas de leitura desenvolvidas em sala.

As constantes discussões travadas sobre as implicações desfavoráveis no ensino brasileiro, em especial sobre as práticas de leitura pouco constatadas/exigidas em sala de aula, nos chama atenção para uma problemática de maior monta. Provavelmente, um aluno em processo de formação, e ainda com deficiências na fluência da leitura não terá sucesso como acadêmico de curso superior, quiçá um profissional, pois ao se deparar com os mais variáveis infortuitos, provavelmente recorrerá à conhecimentos não adquiridos/constituídos durante seu processo de formação, restando a lamentável dúvida: e agora, o que fazer?

Os dados que apontam limitações dos alunos brasileiros do ensino fundamental e médio, como leitores competentes, acabam se revelando também nos cursos superiores, já que em especial naquele universo, a leitura enquanto instrumento para aquisição do conhecimento, demonstra-se fragilizada. Infelizmente, muitos estudantes que chegam à Universidade possuem um atraso significativo de leitura.

A limitação de competência enquanto leitor, pauta-se em especial, na definição de leitor competente, que, segundo os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), é aquele :

“que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua.

⁴ Referência ao conceito “educação bancária” de Paulo Freire.

Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade.

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos.

Um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente. Esse trabalho pode envolver todos os alunos, inclusive aqueles que ainda não sabem ler convencionalmente.”(PCN’s, 1997:p 36).

Na sociedade letrada em que vivemos, a leitura é uma atividade que está, ou ao menos deveria estar presente em todos os níveis educacionais, no ensino fundamental, médio, e inclusive, no âmbito universitário. Conforme esclarece Pereira (1983) apud Silva (2004), o ato de ler seria uma condição fundamental para o bom desempenho do leitor/aluno, necessário ao seu desenvolvimento profissional.

Pesquisas sobre leitura indicam a não utilização de práticas facilitadoras desta, não valorizando a formação do aluno, principalmente no que concerne aos seus conhecimentos prévios como leitor, resultando em deficiências, que fogem ao objetivo da leitura no processo da construção do conhecimento.

Ataíde Junior (2004)⁵ nos apresenta a seguinte situação:

“Imagine o destino de um paciente que se depara, na mesa de operação, com um cirurgião que não domina a técnica do bisturi... [...] Pois conseqüência semelhante poderá acontecer em relação ao litigante que possui um advogado que não sabe usar corretamente a palavra.”

Possivelmente o uso inadequado das palavras esteja diretamente ligado ao simples fato de não conhecê-las.

Sacconi (1994) acredita que desconhecer a língua pátria seria um ato vergonhoso e desrespeitá-la seria afrontoso.

A preocupação nesse contexto se justifica, por existirem, ainda hoje, universitários que não sabem usar adequadamente a própria língua. Alunos incapazes de desenvolver uma redação, apresentando dificuldades de vários tipos: ausência de conhecimentos prévios relacionados aos assuntos que são tematizados; No caso em tela, a preocupação maior destacada se dá pelo fato de que o curso de direito atrai hoje um número considerável de alunos, sendo que muitos deles se enquadram nessa lamentável situação.

Ataíde Junior (2004) ainda nos chama a atenção no sentido de esclarecer que:

O instrumento de trabalho do advogado é a palavra, como o bisturi o é do cirurgião. É através dela, escrita ou falada, que o profissional do direito se manifesta. Sem dominá-la, não há como exercer a advocacia ou a magistratura. E esse domínio não se resume ao conhecimento de regras gramaticais ou de termos em latim, mas se expande para a habilidade de articulação e exposição das idéias. Petições e sentenças, sustentações orais e condução de julgamentos, todas as atividades forenses dependem do adequado pronunciamento da palavra.

Provavelmente a causa preponderante nas dificuldades de aprendizado apresentadas pelo aluno do curso de Direito, está na deficiência das práticas de leitura, não apenas no seu processo de formação no ensino fundamental e médio, mas também

⁵ Vicente de Paula Ataíde Junior é juiz federal em Curitiba, professor da Escola da Magistratura Federal do Paraná e professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Curitiba e da Universidade Tuiuti do Paraná. Artigo o Hábito de Ler. Disponível no site: <http://www.parana-online.com.br/colunistas/175/22446/>, desde 13/12/2004. Acesso em 24/09/2008;

na ausência de procedimentos adequados nos primeiros semestres do curso superior, que poderia, se embasada em uma metodologia adequada ao ensino da leitura, promover situações de resgate do gosto e das habilidades relacionadas esta.

O elevado índice de reprovação desses alunos no Exame de Ordem da OAB⁶, o baixo índice de aprovações em concursos da carreira jurídica e o aumento no número de representações feitas contra “profissionais do direito” junto à OAB, conforme Silva (1987), possivelmente, seria o resultado das dificuldades de alunos durante o percurso de aprendizagem no curso de Direito, muitas vezes ignoradas pelos professores.

A leitura exerce um considerável papel na vida do leitor, já que em tese, seria ela quem supostamente o habilitaria ao desenvolvimento na abrangência do seu conhecimento. A sua prática oportuniza o leitor uma maior e diferenciada percepção do mundo, contribuindo inclusive no desenvolvimento do pensamento crítico, oportunizando ao leitor, a partir de conceitos e das informações até então obtidas, emitir um juízo de valor no sentido de questionar e avaliar o texto lido (Santos, 1990a; Witter, 1997).

Dados apresentados pelas OAB's de vários estados brasileiros, nos dão conta do elevado índice de reprovações na prova da OAB. Terzian (2004)⁷ em seu artigo “O sonho de passar no Exame da OAB”, destaca alguns exemplos quanto aos índices⁸ de reprovação nesse tão falado exame.

Segundo Poletti (2003), o Brasil tem falhado em relação às escolas de direito, pois segundo o mesmo, seria inconcebível o fato de os bacharéis precisarem, após a formatura, necessitarem desenvolver estudos especiais para candidatar-se à magistratura, ao Ministério Público e até mesmo para o exame de ordem, da OAB.

Conforme nos alerta Silva (1987), as Faculdades de Direito aprovam, com raras exceções, muitos bacharéis despreparados para o exercício da advocacia. Para ele, a proliferação de escolas descomprometidas com a qualidade do ensino, e o questionável processo seletivo resultariam em uma pobreza de redação e de dicção dos bacharéis, fato este que, em análise ao desempenho prático-forense, constataram-se inúmeros casos de petições e razões ineptas, preocupando inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil.

A leitura, no processo de apropriação e como constituidora de conhecimento, deve ser praticada e tornar-se um hábito na vida do leitor. Na perspectiva da aprendizagem significativa (Ausubel apud Moreira & Masini, 1982) quanto maior for o repertório (conhecimentos prévios) nessa área maior será a possibilidade de compreensão e aquisição de novos conteúdos. Contudo, sendo esta deficiente, fragilizada ou mesmo inexistente dentro de um processo de aprendizado, abalaria sensivelmente o estudante/futuro profissional.

Para Witter (1997), a leitura remete à formação do cidadão, ao seu desenvolvimento cultural, seu bem estar e o progresso do país. Isso seria o reflexo da prática alfabetizadora, já que ao professor incumbe a responsabilidade de desenvolver as competências e habilidades dos alunos, de forma que essa intermediação

⁶ Ordem dos Advogados do Brasil

⁷ Françoise Terzian. Artigo : O sonho de passar no Exame da OAB. Publicado em 06/12/2004. Disponibilizado no site <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=5834>>. Acesso em 29/09/2008.

⁸ Na Bahia, no primeiro exame deste ano, 54,56% dos candidatos ao Exame da Ordem foram aprovados; ainda no Nordeste do país, a OAB de Pernambuco registrou 28% de aprovação no exame de agosto e 67% na prova anterior, aplicada em março, contra uma média de 55% de aprovados nos anos anteriores; no Ceará, também há diferença significativa entre as duas provas realizadas este ano, com 60% de aprovação em março e 33% em agosto; na região Norte, o Pará teve aprovação média de cerca de 20% entre os dois exames deste ano; no Rio de Janeiro, a aprovação ficou também em um nível pequeno no exame de março deste ano: 30%; situação pior foi registrada no Paraná, onde apenas 17,35% dos inscritos foram aprovados; no Distrito Federal, a média de aprovação nos dois exames deste ano ficou em 48%; e no Rio Grande do Sul, o índice de aprovação no segundo semestre de 2004 atingiu 35,6%.

desobstacularize o acesso à informação e à cultura. Silva (1998) acredita que a qualidade do ensino dependeria muito mais do professor do que do livro didático, já que seria ele quem teria a responsabilidade, dentro da sala de aula ao direcionar e determinar todo o ensino. A leitura é uma prática social, merecendo por tanto, a mobilização de todo um conjunto de valores, crenças e atitudes Kleiman (1998).

O direcionamento dado pelo professor faz com que o aluno passe a caminhar para a construção do conhecimento, pois de acordo com Colomer e Camps (2002), as concepções dos professores em torno da leitura possuiriam uma relação com as práticas de leitura desenvolvidas pelos alunos e, concomitantemente, legitimariam os mesmos a uma capacidade discursiva, possibilitando-os a contextualizar os sentidos. À medida que o aluno como um sujeito do ato de ler Freire (2006), desenvolve seu conhecimento com a prática da leitura, passa a compreender o mundo com mais clareza, interpretando as diferentes práticas sociais, e conseqüentemente, deixa a condição de dominado pela prática da educação bancária Freire (2005). O aluno que busca o saber torna-se também capaz de conquistar sua “autonomia”.

E a partir desse recorte contextual do aluno, despertar nele a vontade de ler, tornando a leitura um hábito prazeroso, e significativo, conforme alude Bellenger apud Kleiman (1998) ao afirmar que:

a leitura se baseia no desejo e no prazer: “em que se baseia a leitura? No desejo. Esta é uma opção. Ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo do qual não consegue extrair o sentido. Essa é uma boa caracterização da tarefa de ler em sala de aula: para uma grande maioria dos alunos ela é difícil demais, justamente porque ela não faz sentido”. (1998, p. 15)

A universidade, sob esse prisma, deve valorizar a educação enquanto mecanismo de inserção do sujeito nas práticas sociais onde, segundo Zilbermann (2003), a leitura não constitui tão somente uma idéia, com a força de um ideal,

ela contém (...) uma configuração mais concreta, assumindo contornos de imagem, formada por modos de representação característicos, expressões próprias e atitudes peculiares. A ela pertencem gestos, como o de segurar o livro, sentar e escrever, inclinar-se, colocar os olhos. Faz parte igualmente dessa representação a alusão a resultados práticos, mensuráveis em comportamentos progressistas. Idéia, ideal e representação, a leitura se concretiza como uma prática, que se exerce individualmente, mas que resulta da concepção que a sociedade formula para as classes e as pessoas que a compõem. Eis por que sempre nos deparamos com políticas de leitura - propostas por grupos, categorias profissionais, governos - reveladoras da dimensão assumida pelas representações.

Andraus Júnior e Santos (1999) lembram que o processo de leitura é complexo e ativo, implica em muitas habilidades metacognitivas. Para formação do leitor pleno há um longo percurso e requer o apoio de muitos para que se concretize e a Universidade tem aí um papel relevante especialmente no que concerne a esse profissional.

Assim, o aluno, durante seu processo de formação, em especial a sua formação pré-universitária, passa a incorporar a condição de leitor competente, e possivelmente representá-la-á enquanto aluno universitário. Para Cagliari (1993, p. 148) “a leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma”.

Assim, a leitura é entendida como uma prática, de caráter social capaz que permite a construção de representações, durante a vida escolar e extra-escolar dos leitores, que pode interferir na formação leitora dos acadêmicos e na sua prática docente. Portanto, considerando a leitura como um canal de acesso ao processo de letramento Kato (1999), desperta na instituição de ensino superior a preocupação de

avaliar o nível de habilidade que o aluno possui para poder proporcionar, diante do contexto multidisciplinar, a oportunidade de superação de eventuais limitações dos mesmos.

Duran (1981); Cardoso (1994) e Gomes (2005) acreditam que a conclusão da educação superior não seria sinônimo de sucesso, muitas oportunidades e empregos bem remunerados, que estariam ligados ao nome do curso e o mérito da instituição. Em que pese grande parte desses alunos conseguirem finalizar o curso, boa parte deles, ao final, apresentam sérias deficiências pertinentes ao quesito conhecimento.

O estudante do curso de Direito, necessita imprescindivelmente aderir/construir o hábito da leitura, já que um dos maiores, senão o maior instrumento de trabalho desse profissional será a argumentação. Que por sua vez, é obtida através de um processo de construção de um conhecimento jurídico respaldado de muita informação adquirida por meio da leitura, seja ela de doutrinas, pesquisas jurisprudenciais ou outras. E como bem retrata Giacometti (1989), por serem modelos de leitores e orientadores de trabalho acadêmico, os professores têm um papel de grande valor no desenvolvimento do aluno enquanto leitor.

O contexto da pesquisa: Percurso Metodológico.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo (Ludke e André, 1986), proposta a partir da relação de afinidade com a abordagem temática, de modo a possibilitar uma análise das práticas de leitura, em sala de aula do curso de direito.

A viabilidade da realização da pesquisa possibilitou serem abordadas as duas únicas Faculdades de Direito em Rondonópolis-MT.

A escolha pelo primeiro semestre desse curso se deu em virtude de que é nessa fase que ocorre o momento de transição, onde o estudante do ensino médio ingressa em uma nova realidade, vislumbrando, na maioria das vezes, no curso que iniciará uma oportunidade de no campo profissional.

O propósito de desenvolver uma pesquisa voltada a analisar as práticas de leitura em sala de aula nos primeiros semestres do curso de direito da cidade de Rondonópolis, surge na medida em que é constatado o paradoxo entre a exigência ferrenha da leitura, por ser o direito um curso extremamente teórico e complexo (face a predominância de termos estritamente técnicos), e por outro lado, os resultados de testes nacionais e internacionais realizados nos últimos anos nos ensinos fundamental e médio revelando que a maioria dos estudantes brasileiros não possuía competência leitora suficiente, já que o índice no tocante às deficiências como leitores foram sensivelmente altas.

Dados coletados através de questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados a 132 (cento e trinta e dois) alunos do primeiro semestre do curso de direito de ambas as faculdades, aliados aos protocolos de observações, correspondentes a 120 (cento e vinte) aulas, contemplando 6(seis) matérias, totalizando vinte aulas por matéria, possibilitou inicialmente, traçar o perfil sócio econômico e escolar dos alunos do primeiro semestre das duas faculdades que ofertam o curso de direito.

A partir da prévia análise dos dados colhidos através dos questionários, foi possível observar que os professores, em sua maioria, preocupam-se com um estudo prévio e sistematizado do conteúdo a ser ministrado. Que entendem que a disponibilização de um material de apoio (apostila deixada na copiadora) teria o condão de estimular e facilitar o acesso dos alunos às informações, ainda que resumidas, do conteúdo a ser ministrado durante as aulas.

Foi possível perceber que na tentativa de facilitar a vida dos alunos, os professores, disponibilizam material de apoio (apostilas) com abordagem genérica dos

assuntos abordados durante as aulas, acabam “induzindo” a grande maioria dos alunos a uma leitura que se resume apenas ao material disponibilizado, e conseqüentemente a minimização do conhecimento, já que acomodados com a situação, os alunos aparentemente vem se baseando nesses resumos.

Em relação às práticas de leitura em sala de aula, ficou evidenciado que os momentos em que mais se lê em sala, é justamente quando, durante uma explicação, o professor recorre à leitura de algum artigo, ou informação direcionada à resolução de questionamentos suscitados, ou seja, o professor(a) suscita do aluno a leitura de algum artigo existente na constituição federal, ou códigos, que sejam capazes de esclarecer exemplificadamente, o assunto abordado, leitura esta que em sala vem se limitando a tal procedimento.

A leitura proposta, segundo a metodologia usada, direciona à pouca participação dos alunos nas leituras ocorridas em sala, que por ser tão flexibilizada, poucos alunos se propõem a efetivamente lerem, ainda que a pedido do professor. Já os demais, em sua maioria, limitam-se apenas a ouvir o que um colega, ou mesmo o próprio professor lê.

Durante as leituras, ficou evidenciada a dificuldade na entonação, pontuação, e em especial no pronunciamento de termos técnicos em português, além da resistência em tentar pronunciar expressões em latim, muito utilizada pelos professores, por ser inerente a uma tradição do curso de direito.

Possivelmente a dificuldade em compreender a o raciocínio utilizado por alguns professores, cuja metodologia pauta-se no repasse do maior numero de informações, em pouco tempo, e fazendo pouco uso de exemplos que sejam e tornem-se significativos para o aluno, tenha influído em um elevado número de notas baixas no primeiro bimestre, coincidentemente em ambas as faculdades.

Considerações finais

Verifica-se que a leitura acaba sendo um pressuposto sem o qual o leitor, em especial na condição de aluno, acaba se encontrando perdido em meio a informações que acabam, muitas vezes, não tendo qualquer significância consolidada no seu contexto.

O desenvolvimento do aluno, como leitor, durante o seu processo de alfabetização e letramento, no seu processo inicial de escolarização, compreendido entre os níveis fundamental e médio, de ensino, acabam se revelando imprescindível na vida do leitor, em especial quando este, superando essa fase de aprendizado, inicia o curso superior, ocasião em que esse aluno passa a ser compreendido como alguém que, constituído de conhecimento e competência leitora, estará apto a iniciar um processo de aquisição de um repertório mais dinâmico e técnico, cuja sistematização demandará de uma competência que acreditava-se que esse aluno já possuía, mas que na verdade, acaba na maioria das vezes sendo deficitário, nesse quesito.

Acredita-se que os dados a serem coletados a partir das entrevistadas feitas com alunos, bem como entrevistas realizadas com os professores que ministram aulas nas matérias observadas, possibilite uma melhor compreensão do fenômeno estudado, e com isso, forneça subsídios para uma discussão dos problemas mais recorrentes que apresentam; e que o cruzamento dos pontos de vista emitidos pelos professores e alunos, sobre a importância da leitura e as práticas de desenvolvimento dessa, facilite entender as concepções e representações dos entrevistados, em torno de como se explicam as práticas de leitura, suas estratégias, a importância do conhecimento prévio, e como desenvolver o hábito da leitura durante o processo de aprendizado universitário.

Referências

- ANDRAUS JÚNIOR, S. & SANTOS, A. A. **A Importância do desenvolvimento da leitura na formação profissional.** In-G. P. Witter..-Leitura: textos e pesquisas. Cap: 3. Campinas: Alínea, 1999.
- ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **Artigo o Hábito de Ler.** Disponível no site: <http://www.parana-online.com.br/colunistas/175/22446/>, desde 13/12/2004. - Acesso em 24/09/2008;
- AUSUBEL apud MOREIRA, M. A. & Masini, E. F. S., **Aprendizagem Significativa – a teoria de David Ausubel.** São Paulo, Moraes, 1982.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e a cultura.** In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- CARDOSO, S. M. V. (1994). **A prática docente no ensino superior particular noturno: um estudo de caso.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística.** 6. ed. São Paulo: Editora, 1993.
- COLOMER, T. e CAMPS, A. **Ensinar a ler, ensinar a compreender.** São Paulo: Artmed, 2002.
- DURAN, A. P. (1981). **Padrões de comunicação oral e compreensão da comunicação escrita na universidade: estudos no Nordeste.** Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FARACO, C. A. **As sete pragas do ensino de português.** In: GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula: Leitura e produção.** Cascavel: Assoeste, 1984.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. 41. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 48. ed. São Paulo, Cortez, 2006.
- GIACOMETTI, M. M. **Motivação e busca da informação: comportamento de docentes - pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.** Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC, 1989.
- GOMES, L. F. **Artigo intitulado “Ser diplomado (já) não significa ter emprego ou sucesso profissional”** in:Revista Prática Jurídica, Ano IV, nº40, julho de 2005.
- KATO, M. A. **O aprendizado da leitura.** 5. ed. São Paulo: Martins, 1999.
- KLEIMAN, A. **Oficina de leitura – teoria e prática.** 6. ed., Campinas, SP: Pontes, 1998.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo : EPU, 1986.
- POLETTI, Ronaldo . **O Ensino Jurídico no Brasil.** Revista Consulex, 2003.
- SACCONI, Luiz Antônio. **Gramática Essencial Ilustrada.** São Paulo: 1994.
- SANTOS, A. A. A. (1990a). **Compreensão em leitura na universidade: um estudo comparativo entre dois procedimentos de treino.** Estudos de Psicologia, 7 (2), 39-53.

SILVA, Elza Maria T. **Compreensão da leitura em estudantes de Direito.** Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Psicologia da PUCCAMP, 1998.

_____. **Leitura e escrita na universidade.** In: WITTER, Geraldina (Org.). **Leitura e psicologia.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

SILVA, Luciano Correia da. **Português Forense.** Editora: Saraiva. 1987

TERZIAN, Françoise. Artigo : **O sonho de passar no Exame da OAB.** Publicado em 06/12/2004. Disponibilizado no site <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=5834>>. Acesso em 29/09/2008.

WITTER, G. P. (1997). **Leitura e Universidade.** Em G. P. Witter (Org.), **Leitura e universidade** (pp. 09-18). Campinas: Alínea.

ZILBERMANN, R. **A Leitura no Brasil:** sua História e suas Instituições. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios>>. Acesso em: 25/09/2008.